



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

Despacho n.º 3506/2014

1 — No âmbito dos poderes que me foram delegados através do Despacho n.º 15249/2012, de 16 de novembro, publicado no D. R. n.º 230, 2.ª série, de 28 de novembro de 2012, e em aditamento ao meu despacho n.º 2593/2014, publicado no D. R., 2.ª série, n.º 34, de 18 de fevereiro de 2014, fazendo dele parte integrante, autorizo o diretor-geral do Património Cultural a optar pelo vencimento de origem auferido na Fundação Calouste Gulbenkian, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de setembro.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 5 de fevereiro de 2014.

20 de fevereiro de 2014. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

207646509

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Autoridade Tributária e Aduaneira

Aviso (extrato) n.º 3272/2014

Por despacho do Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, foi designado em regime de acumulação e por impedimento do titular, para o exercício de funções correspondentes ao cargo de Diretor de Serviços da Investigação da Fraude e de Ações Especiais (DSIFAE), com efeitos a partir de 1 de março de 2014, o atual Diretor de Finanças de Aveiro, José Hermínio Tavares Fernandes, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 5 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro (com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro), e do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de dezembro, sem prejuízo da manutenção das funções que exerce como Diretor de Finanças de Aveiro.

25 de fevereiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*.

Nota Curricular

Nome: José Hermínio Tavares Fernandes
Habilitações Académicas

Licenciatura em Contabilidade e Auditoria pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro (ISCAA).

Curso Superior de Contabilidade e Administração (correspondência a bacharelato) pelo ISCA do Porto, conclusão em 1974.

Pós Graduação em Direito Penal Económico e Europeu pela Faculdade de Direito de Coimbra.

Conclusão do curso ministrado pela Universidade de Vigo Sobre «Estúdios avanzados do programa de direito tributário, princípios e categorias básicas da fiscalidade interna e internacional. Os procedimentos Tributários, com suficiência investigadora con efectos homologables en toda las Universidades Españolas».

Atividade Profissional

Inspetor Tributário Assessor Principal, exercendo atualmente as funções de Diretor de Finanças de Aveiro, desde 01/09/2013;

Diretor de Finanças Adjunto da D.F. Aveiro em regime de substituição até 31/08/2013;

Diretor de Finanças Adjunto do Porto, nomeação após concurso, em comissão de Serviço, em 27/7/2004;

Chefe de Divisão, em Regime de Substituição, da Divisão de Inspeção Tributária I da DF Aveiro, de 1/1/2003 a 26/7/2004;

Presidente da Comissão de Avaliação permanente do concurso para mudança de nível 2 do grau 4 de Inspetores Tributários;

Presidente da Comissão de Avaliação permanente do concurso para mudança de nível 2 do grau 4 ex — TEE.

Coordenador de equipas de inspeção desde 1988;

Representante da DGCI na delegação do Ministério das Finanças que negociou o PICAT-FIM com a República de S. Tomé e Príncipe.

Elaboração no âmbito do Picat-Fim com a República de Cabo Verde, do ante projeto do Regulamento da Inspeção Tributária para aquele País.

Formação Complementar:

Frequência de vários cursos de formação profissional e de reciclagem nos âmbitos da psicossociologia, auditoria e fiscalidade ministrados pela ex. DGCI e outros, e ainda vários cursos de especialização:

Gestão do Tempo;

Faturas e Comercio Eletrónico;

Preços e Transferências — II

Avaliação do Desempenho

Seminário de Dirigentes

Seminário Inspeção Tributária — Antigos/novos Desafios interpersonais

207646696

Aviso (extrato) n.º 3273/2014

Por despacho do Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira e até à realização de concurso previsto no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, (com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro), foi designada ao abrigo do artigo 27.º da citada Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de dezembro, em regime de substituição, por vacatura do lugar, no cargo de Diretora de Serviços do Imposto Municipal sobre Imóveis (DSIMI), a técnica da administração tributária, nível 2, Maria Graça Vasques Moreira Neto, com efeitos a 1 de março de 2014.

25 de fevereiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*.

Nota curricular

Nome: Maria da Graça Vasques Moreira Neto

Data de nascimento: 3 de outubro de 1961

Formação Académica:

Licenciatura em Direito — menção de Ciências Jurídico-Económicas — na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1996-2001); Curso de Pós-Graduação em *Legística e Ciência da Legislação*, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2004); Parte escolar do curso de mestrado em Ciências Jurídico-Económicas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2002-2004).

Atividade Profissional:

Ingressou na extinta Direção-Geral dos Impostos em 31 de janeiro de 1985, como Liquidadora Tributária Estagiária. Exerceu funções no 18.º Bairro Fiscal de Lisboa (atual SF Lisboa 9) e Repartição de Finanças de Loures 3, nomeadamente na área do Contencioso (reclamações e impugnações) e Execuções Fiscais. A partir de janeiro de 2002 exerceu funções técnicas na Direção de Serviços do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (DSIRS) — Divisão de Conção — onde apreciou recursos hierárquicos, elaborou pareceres e instruções administrativas, bem como respostas a pedidos de informação vinculativa. Participou ainda na conção de projetos legislativos avulsos e nos trabalhos preparatórios das propostas de lei dos orçamentos do Estado, tendo integrado diversos grupos de trabalho. Integrou a equipa do projeto das declarações eletrónicas que procedeu à avaliação da adoção do pré-preenchimento das declarações Modelo 3 do IRS. Representante da extinta DGCI, em diversas reuniões do *Forum on Tax Administration: Taxpayer Services Sub-Group*, do *Centre for Tax Policy and Administration* (OCDE). Foi responsável pelo acompanhamento dos participantes nas visitas de trabalho a Portugal, no âmbito do Programa FISCALIS, bem como de delegações de especialistas de países terceiros, no que respeita à tributação do rendimento das pessoas singulares. Nomeada como ponto de contacto da A.T. no âmbito das relações de colaboração institucional com entidades externas. Integra o Gabinete Fiscal de Apoio ao Investidor Internacional. Faz parte da Bolsa de Formadores da A.T..